

QUANDO A AVALIAÇÃO POTENCIALIZA AS POLÍTICAS DE CURRÍCULO

Idelsuite de Sousa Lima¹
Maria Zuleide da Costa Pereira²

As políticas curriculares, constituídas por processos de tensão e de negociação, situam-se como pedra angular na realização do processo de escolarização, haja vista a amplitude de sua significação, quer em âmbito mais geral ou na mais restrita e elementar decisão da ação educativa. Tais políticas produzidas em diferentes espaços e sob óticas diversas revelam negociação de sentidos e de significados estabelecidos em múltiplos contextos (BALL, 1994).

No Brasil, o conjunto de iniciativas educacionais desenvolvidas principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, com extensa reforma curricular em todos os níveis de ensino, reacendeu o debate sobre políticas públicas para a educação e particularmente sobre currículo. O fato de mobilizar um movimento inédito de formulação de propostas, provocando mudanças significativas na organização e funcionamento das instituições escolares fez gerar novas inquietações, novos problemas e outras maneiras de pensar que resultou em intensa produção acadêmica acerca das políticas curriculares.

Instigados pela importância da produção teórica em questão, os grupos de pesquisa galgaram novo impulso, aprofundando os estudos do campo curricular. Na esteira dessa produção e circunstanciados pelos desafios que o campo infere, curriculistas e pesquisadores em geral tomam o ímpeto de investigar, examinar, propor, apreciar e avaliar as políticas curriculares.

Com efeito, o currículo circunscreve-se não apenas como objeto central nas reformas educacionais, mas consolida-se como elemento crucial do processo educativo, das discussões temáticas em educação, da agenda de professores e instituições educativas. Novos temas, novas abordagens, novos problemas compõem o elenco das pesquisas sobre currículo e a avaliação deste campo torna-se um imperativo.

Considerando que avaliar, do latim *a-valere*, significa dar valor a, isto é, valorizar, acompanhar processualmente o desenvolvimento de uma ação, o ato de avaliar o currículo constitui procedimento de caráter complexo e multifacetado. Assim, a iniciativa de realizar tal intento nas políticas de currículo constitui uma inventividade, um desejo de potência, para desencadear escritas significativas no rol das produções curriculares.

A multiplicidade de idéias, enfoques e perspectivas que compõem os artigos deste número da Revista Espaço do Currículo apresentam questões atuais e relevantes para a educação contemporânea e demonstram a pluralidade do campo do currículo. Nosso propósito, com a organização deste número da Revista é dar visibilidade a algumas produções que tematizam sobre avaliação deste campo de conhecimento, resultado de estudos de vários

¹ Profa. Dra., Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: idel.lima@uol.com.br.

² Profa. Dra., Associada I, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Email: mzul@uol.com.br

pesquisadores brasileiros. São textos que problematizam políticas curriculares sob diferentes abordagens e abrangendo desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

Na sessão especial da Revista, Lisete Jaehn, no artigo Pensamento curricular e a relação entre poder e conhecimento: controle e regulação social apresenta, com base nos fundamentos teóricos da história social de Ivor Goodson e da epistemologia social de Thomas Popkewitz, uma história do pensamento curricular brasileiro a partir da década de mil novecentos e vinte até a primeira década do século XXI, pontuando efeitos da relação entre conhecimento e poder presentes na teorização curricular, com diferentes significados no currículo, o que a faz elaborar três distinções epistemológicas na história do pensamento curricular brasileiro: controle social - explícito e implícito, controle social crítico ou dialético e regulação social.

O primeiro artigo, denominado Currículo e Educação Infantil: uma análise dos documentos curriculares nacionais, de autoria das pesquisadoras Ana Luiza Nogueira de Amorim e Adelaide Alves Dias, faz uma abordagem histórica situando o lugar do currículo nas políticas nacionais para a Educação Infantil, defendendo a necessidade de as instituições e seus profissionais conhecerem tanto os documentos produzidos, como as produções teóricas da área, no sentido de elaborarem propostas curriculares capazes de orientar ações intencionais que reconheçam as crianças como sujeitos de direito, possibilitando a estas um desenvolvimento pleno e integral.

O artigo seguinte, oriundo de uma pesquisa fundamentada em estudos no/do/com cotidiano, ou currículos em rede, Carlos Eduardo Ferraço propõe em Currículos, cotidianos e culturas em narrativas e imagens, uma discussão sobre processos de realização curricular em que sublinha a compreensão de que, o que se passa nos cotidianos das escolas, durante os processos de produção e partilha de conhecimentos curriculares se expressam como possibilidades potentes para problematização do campo discursivo do currículo, incluindo propostas oficiais e praticadas em meio às redes de conhecimentos que aí são tecidas, cujos sentidos são negociados, traduzidos, hibridizados.

Os dois textos a seguir versam sobre o ensino em ciclos e avaliação. Maria Susley Pereira, no texto Currículo, avaliação e trabalho pedagógico: um olhar tridimensional sobre a escola organizada em ciclos analisa a organização curricular do ensino em ciclos e defende que, de modo diverso da escola seriada, a escola organizada em ciclos necessita ser vivenciada em outro formato de trabalho pedagógico e o processo avaliativo efetiva-se sob uma lógica diferenciada da avaliação, dada a natureza e perspectiva que tal organização exige. Já Adriana Patrício Delgado, no texto O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem realiza uma análise sobre como a escola e seus atores têm modificado suas práticas, sobretudo, as avaliativas, na organização do ensino em ciclos.

O próximo artigo, A política de integração curricular no Ensino Médio: reflexões sobre o texto político e o contexto da prática, de Ângela Fernandez Porto de Chades, tematiza sobre os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e competência nos textos sobre política de integração curricular para o Ensino Médio, empreendendo uma discussão acerca de 'atos do currículo' defendendo que os professores, autores dos currículos que trabalham, instituem práticas e produzem sentidos a partir das suas invenções e ações alternativas para os problemas que os desafiam.

Claudene Sousa da Silva analisa a política pública de avaliação nacional - ENEM, no texto Estudo qualitativo sobre as mudanças que o Exame Nacional do Ensino Médio provocou nos trabalhos pedagógicos e metodológicos dos professores do Ensino Médio, investigando as repercussões de tal avaliação junto aos professores deste nível de ensino, concluindo que a

universalização do ENEM influi diretamente no trabalho pedagógico dos professores do Ensino Médio e com isso determina modificações em sua forma de avaliar e de ensinar.

No texto *Produção de currículo: a escola e seus sujeitos*, Priscila Campos Ribeiro apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma escola federal de Ensino Médio sobre a produção de políticas na instituição escolar a partir dos PCNEM e argumenta que os textos curriculares oficiais são interpretados e adaptados na escola, em função do contexto institucional, considerando-se condições materiais, autonomia, trajetória histórica e linhas pedagógicas; bem como, o contexto disciplinar, em que as diferenças disciplinares, crenças, normas e práticas são significativas, além da prática dos professores, nas quais entram em foco as possibilidades e limites, as experiências de vida, os conhecimentos prévios e as concepções pessoais.

Danielle Piontkovsky, no artigo *Currículos em processos na formação profissional de nível médio: entre redes, cotidianos, sujeitos*, assume como perspectiva epistemológica as redes de conhecimento para problematizar a proposta curricular e os modos e processos pelos quais os currículos são constituídos nas invenções curriculares, nos cotidianos da escola, considerando o que é praticado pelos sujeitos ordinários e a potência dos processos de criação de conhecimentos realizados por esses praticantes, na tessitura das redes de 'saberes-fazer', como processos de ressignificação de conhecimentos.

Os dois próximos artigos referem-se a análise realizada sobre *Projetos Políticos Pedagógicos*. O artigo *Curriculo e gestão curricular: uma reflexão inicial*, de João Manuel de Sousa Will e José Augusto Pacheco tece considerações acerca do Projeto Pedagógico do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins, cuja premissa de elaboração tem por base a gestão curricular, demonstrando através da realização de uma pesquisa documental, que o movimento da Universidade de planejar o currículo na busca de superar a fragmentação do conhecimento, ainda que de grande importância no mundo globalizado, está em processo inicial de discussão e que os professores do curso em questão encontram-se em nível de construção de um novo modo de gestão curricular.

Samara Wanderley Xavier Barbosa, em seu texto *A significação do projeto político pedagógico: um olhar avaliativo* analisa discursos relacionados com a construção e desenvolvimento do Projeto Pedagógico de uma escola de João Pessoa-PB, tomando como base metodológica a análise crítica do discurso na perspectiva de Norman Fairclough, o que a faz defender que durante o processo de elaboração e vivência do PPP os discursos são permeados de negociação e disputa de posições de poder, por se constituírem como produto e produtor de discursos híbridos que circulam no espaço escolar, sublinhando que o PPP é um projeto propositor de políticas de currículo.

O próximo artigo de Zileide Lucinda Santos, denominado *O currículo em escolas organizadas por ciclos de formação na rede estadual em Mato Grosso* convida-nos a entender como os professores interpretam e recontextualizam a proposta política pedagógica de ciclos na organização curricular da rede de ensino de Cuiabá, destacando a efervescência da busca de superação de um currículo da escola excludente para um currículo escolar emancipatório, que possibilite o acesso, a permanência e a escolarização de todos os alunos na escola pública e, que, apesar de os discursos dos sujeitos apontarem nessa direção, o ensino ainda está organizado com base em uma lógica curricular disciplinarizada, além de apontar que o fazer docente requer saberes especializados

Já o texto *Avaliação do projeto político pedagógico no contexto de descentralização e autonomia*, de Ângela Cristina Alves Albino, tematiza sobre discursos de descentralização e de autonomia, focalizando a política educacional brasileira a partir da década de mil novecentos e

noventa, dando destaque ao projeto político pedagógico e identificando-o como mediador de uma prática discursiva articulada ao processo de transformação, revelando-o como elemento para avaliar a construção de políticas, no sentido de ajudar as instituições e professores a refletirem sobre a significação da autonomia na formulação curricular.

No artigo que escreve em parceria com Tânia Maria Lima Beraldo, Márcia Regina Gobatto discute, no texto O fórum de apoio à formação docente de Mato Grosso como lócus de produção de políticas educacionais para a formação de professores, a potência que o referido espaço contempla e suas implicações como formulador de políticas, cujas possibilidades de resiliências, de ressignificação e de recontextualização caracterizam-no como uma comunidade epistêmica.

Maria Regina Lopes Gomes é outra pesquisadora que assina um dos artigos deste número e que assume como referencial teórico-metodológico-epistemológico-político, a tessitura do conhecimento em redes, o pensamento complexo e a prática de pesquisa com os cotidianos, como possibilidades de compreender as políticas de currículo, no texto As diferentes políticas de currículo e de formação continuada de professores praticadas com os cotidianos das escolas e da Secretaria Municipal de Educação de Vitória que se proliferam como multiplicidades de currículos formação.

A educação inclusiva é analisada por Maria do Socorro dos Santos e Francisca Edilma Braga Soares Aureliano, no texto Aspectos históricos e conceituais da educação inclusiva: uma análise da perspectiva dos professores do Ensino Fundamental, resultante de uma pesquisa de campo, em que as autoras problematizam a questão e concluem que a convivência com os diferentes na escola supera o discurso do despreparo, da falta de estrutura, dando origem à interação, à afetividade, gerando diferença nos modos de ensinar e nas formas de enfrentamento aos aspectos negativos.

Fundamentado na abordagem da etnopesquisa crítica e multirreferencial, Júlio Bispo dos Santos, com base nos estudos da fenomenologia e da hermenêutica argumenta sobre (In)visibilidades na escola: desvelando cenários, cenas e atos de currículo no Colégio Municipal de Irecê, em que interpreta pertencimentos e compreensões acerca da partilha de significados construídos através de atos do currículo, como recursos de potência que consistem em buscar sentidos para o que surge, como forma de dar visibilidade às relações que se constroem na escola.

As autoras Ana Cláudia Uchôa Araujo e Patrícia Helena Carvalho Holanda, no texto A avaliação do currículo do Ensino Médio integrado no PROEJA: um diálogo com Cronbach, elaboram um histórico do Ensino Médio integrado à formação profissional e elegem uma perspectiva de avaliação como subsidiária de um ensino, que tenha como foco o currículo integrado e a avaliação como parte inerente deste, no sentido de adotar uma prática de intervenção por parte da gestão que soma-se à ação coletiva dos atores envolvidos.

O texto seguinte desvela uma discussão em torno de demarcações teórico-metodológicas. Assim, no artigo Oficialidade de uma proposta curricular como recontextualização do discurso crítico: uma leitura sobre a trajetória construída em Santa Catarina, Juarez da Silva Thiesen desenvolve a tese de que a Proposta Curricular de Santa Catarina, de 1988, ainda que seja definida como fundamentada no materialismo histórico-dialético, de abordagem historicocultural, consubstancia-se como um texto pulverizado por discursos híbridos, com entrecruzamento de distintas matrizes teóricas.

Os dois próximos textos referem-se a questões semelhantes relacionadas com implementação de propostas curriculares, uma em Jaboatão dos Guararapes e a outra em

Diadema. Anacarla Cursino Senhorinho, no artigo Emancipação e competência: estudo da proposta curricular de Jaboatão dos Guararapes-PE, discute o constructo da competência como eixo articulador da proposta curricular, mediada pela dimensão teórico-epistêmica de educação emancipadora, com vistas ao desenvolvimento integral do educando.

E Denise Regina da Costa Aguiar, no artigo A política curricular no município de Diadema-SP: um jeito freireano de fazer escola coloca em destaque o processo de implantação de uma proposta curricular levado a efeito na rede municipal de Diadema, no período de 2005 a 2008, com fundamentos na pedagogia crítico-emancipatória do educador Paulo Freire, defendendo que a concepção epistemológica freireana parte do saber de experiência feito do conhecimento que o aluno traz, articulando o saber popular ao saber científico, para que a apreensão do conhecimento seja significativa e relevante para o educando, com o objetivo de que este exerça os seus direitos e viva com dignidade humana.

Por último, Adriana Piontkovsky Barcellos, em Sobre as tessituras das políticas de currículos e de formação continuada de professores apresenta fragmentos de suas investigações com currículos e os processos de formação de professores, a partir de pesquisas com os cotidianos, desvelando artes de professores, como possibilidades para compreender o currículo e a formação como campos híbridos e interdependentes na tessitura de políticas educacionais, em que se manifestam movimentos e fluxos de constituição das redes de subjetividades dos praticantes, como potência para expansão da vida.

As publicações aqui selecionadas reúnem diferentes olhares sobre avaliação das políticas curriculares, fazendo emergir jeitos de fazer e pensar sobre diferentes objetos e sujeitos, convidando-nos a dialogar com seus autores, questionando e interpelando suas formas de pensar, ver, sentir e viver o currículo. Fundamentadas no pluralismo de ideias e na circulação de diferentes pontos de vista as temáticas aqui apresentadas podem fortalecer sentidos, abalar convicções ou construir outras relacionadas com o mundo da escola e de sujeitos em permanente movimento, em processos de vir-a-ser.

Os múltiplos significados interpostos aos fragmentos das diferentes produções que compõem os artigos deste número da Revista Espaço do Currículo potencializam interfaces entre currículo e avaliação, revelando inusitadas potências de expressão que o campo curricular enseja.

REFERÊNCIAS:

AMORIM, A. C. R.; PESSANHA, E. As potencialidades da centralidade da(s) cultura(s) para as investigações no campo do currículo. GT 12 ANPED, 2007. Acessado no site: www.fe.unicamp.br/gtcurriculoanped/29RA em 07/11/2007

BALL, S. J. (1994). Education reform: a critical and poststructural approach. Buckingham: Open University.

HOFFMANN, J. O jogo do contrário em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PEREIRA, M. Z. C. et al. (Orgs.). Diferença nas políticas de currículo. João Pessoa: UFPB, 2010.